

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2014. As notas explicativas incluindo o parecer sem ressalvas com maiores informações, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	31/12/14	31/12/13	01/01/13
ATIVO			
Circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	90.549	893	106
Títulos e valores mobiliários	-	22	-
Impostos e contribuições a recuperar	1.385	238	4
Estoques	2	-	-
Outros ativos circulantes	83	10	-
Total do circulante	92.019	1.163	119
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	1.501	191	-
Depósitos judiciais	11.862	14.275	-
Imobilizado	574.696	278.548	29.683
Intangível	-	-	1
Total do não circulante	588.059	293.014	29.684
Total do ativo	680.078	294.177	29.803
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15.843	2.851	186
Empréstimos e financiamentos	245.488	-	-
Salários e encargos a pagar	912	-	-
Impostos e contribuições a recolher	732	803	52
Outros passivos circulantes	17	-	-
Total do circulante	262.992	3.654	238
Não circulante			
Provisões	8.058	10.969	-
Outros passivos não circulantes	3	2	24.741
Total do não circulante	8.061	10.971	24.741
Patrimônio líquido			
Capital social	409.210	279.713	5.231
Prejuízo acumulado	(185)	(161)	(407)
Total do patrimônio líquido	409.025	279.552	4.824
Total do passivo e do patrimônio líquido	680.078	294.177	29.803

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A GERAÇÃO CÉU AZUL S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE) e consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios. A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012 que tem prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados da data da assinatura do mesmo. O eixo do barramento situa-se a 174 km da foz do rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no estado do Paraná. A Licença Ambiental Prévia – LP concedida à UHE Baixo Iguaçu, condição indispensável para participação do empreendimento no Leilão de aquisição, foi objeto de questionamento na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em 19 de setembro de 2008, tendo sido requerida sua nulidade, bem como da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH e a exclusão da UHE do Leilão n.º 003/2008. Contudo, em 30 de setembro de 2008, data da realização do Leilão, a Advocacia Geral da União – AGU conseguiu a suspensão da liminar, garantindo a participação da UHE no referido Leilão. A UHE Baixo Iguaçu foi objeto do Leilão nº 003/2008, realizado em 30 de setembro de 2008, onde a Geração Céu Azul S.A., subsidiária integral da Neoenergia, adquiriu o direito à exploração deste potencial hidrelétrico, bem como à comercialização da energia a ser gerada pela usina. Ainda em 2008, o Ministério Público Federal ajuizou nova Ação Civil Pública perante a Justiça Federal de Francisco Beltrão/PR, cuja sentença de mérito foi proferida em 18 de fevereiro de 2010, impondo, resumidamente, as seguintes ações: (i) Anulação da LP concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná à Engevix Engenharia S/A, para construção da UHE Baixo Iguaçu; (ii) Anulação do Leilão realizado pela ANEEL; (iii) Proibição do início de qualquer obra que tenha por finalidade a construção de usina hidrelétrica na área de influência do Parque Nacional do Iguaçu; (iv) Anulação da DRDH, bem como a proibição de que seja concedida nova declaração para captação de água para produção de energia elétrica na área de influência do Parque Nacional do Iguaçu; e (v) Determinação ao IBAMA e ao ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que se abstenham de licenciar ou anuir com o licenciamento de qualquer usina hidrelétrica nessa mesma área. Somente em 21 de março de 2012 foram julgados os recursos de apelação interpostos pelos réus, que resultou na reforma integral da sentença de primeiro grau e finalmente, em 19 de julho de 2012 foi publicada a Outorga da Concessão do Uso do Bem Público para exploração do potencial hidráulico denominado UHE Baixo Iguaçu, em favor da Geração Céu Azul S.A. Mediante a assinatura do Contrato de Concessão em 20 de agosto de 2012, ocasião em que foi estabelecido um cronograma de implantação da usina prevendo o início das obras em 1 de fevereiro de 2013 e a operação comercial da 1ª unidade geradora em 24 de abril de 2016. Assim foi possível dar início aos procedimentos para implantação da usina e dar continuidade ao processo de transformação da DRDH em outorga de direito de uso de recursos hídricos. Contudo, apesar de todos os esforços da Neoenergia durante os anos anteriores à assinatura do contrato no processo de outorga e Licenciamento Ambiental, mediante contatos semanais com os órgãos ambientais e reguladores (IAP, ICMBIO, ANA e ANEEL), somente em junho de 2013, por meio da Licença de Instalação número 17033 expedida pelo IAP deu-se início a obra em 30 de junho de 2013. Somente em fevereiro de 2014, por meio da Resolução n.º 142, a ANA outorgou à Geração Céu Azul S.A. o direito de uso de recursos hídricos com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica referente ao aproveitamento Hidrelétrico Baixo Iguaçu, estes atrasos na obtenção da LI e Outorga ocasionaram atrasos no cronograma do contrato de concessão. Ocorre que uma nova Ação Civil Pública foi proposta pelas ONGs Liga Ambiental e Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – CEDEA em face da Geração Céu Azul S.A. do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da UNIÃO. Esta ação tem por objetivo suspender a obra da UHE Baixo Iguaçu: (i) Enquanto não houver autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para a Licença de Instalação nº 17033/2013; (ii) Instalação de um sistema de transposição de peixes adequado na área da usina; e (iii) Formalização de acordo coletivo sobre a proposta de indenização/reassentamento dos ribeirinhos atingidos. Diante dos fatos ocorridos acima, a Companhia vem tomando diversas providências para que a situação seja revertida. Como: • Em 25.10.13, foi proposta nova Ação Civil Pública pela Liga Ambiental (processo nº 5005203-77.2013.404.7007), em face da Geração Céu Azul, o IAP e a ANEEL, visando à suspensão dos efeitos da Licença de Instalação, alegando, dentro outros argumentos, a suposta necessidade de nova prévia anuência do ICMBio para emissão da LI. Em 16.06.2014, em sessão de julgamento do recurso, a turma deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Liga Ambiental, decidindo que a Licença de Instalação de Baixo Iguaçu é ilegal pela falta de anuência do ICMBio para sua emissão. Tendo em vista decisão prolatada pelo TRF4, protocolizamos em 04.07.14, no IAP, pedido de aprovação de Plano de Paralisação para interrupção gradual das atividades de obras. • Em 15.07.2014, a Geração Céu Azul e o IAP protocolaram a Suspensão de Liminar proposta ao Presidente do STJ visando obter a suspensão do v. acórdão da 4ª Turma recursal do TRF4. Inicialmente, o pedido de efeito suspensivo requerido foi negado por decisão do Ministro Vice-Presidente do STJ. Em face desta decisão a Geração Céu Azul apresentou Agravo Regimental e pedido de reconsideração. • Em razão do julgamento do agravo de instrumento, a Geração Céu Azul apresentou Embargos de Declaração, que foram julgados improcedentes no dia 07.10.2014. Atualmente estamos aguardando o julgamento do nosso Agravo Regimental e pedido de reconsideração que tramitam no STJ (Pedido de Suspensão de liminar). Considerando o problema envolvendo a suspensão da Licença de Instalação, que impede a continuidade das obras, a Companhia esta avaliando o cronograma de execução das obras e a

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	31/12/14	31/12/13
		(Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	(577)	(42)
Lucro operacional	(577)	(42)
Receitas financeiras	936	511
Despesas financeiras	(383)	(133)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(24)	336
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(90)
Lucro/prejuízo do exercício	(24)	246

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Capital Social	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	5.231	(407)	4.824
Aumento de Capital	274.482	-	274.482
Lucro líquido do exercício	-	246	246
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	279.713	(161)	279.552
	Capital Social	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	279.713	(161)	279.552
Aumento de Capital	129.497	-	129.497
Prejuízo do exercício	-	(24)	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	409.210	(185)	409.025

previsão de conclusão. Em 27 de agosto de 2013, a Geração Céu Azul e a COPEL Geração e Transmissão constituíram o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial do Empreendimento e vigorará pelo prazo do Contrato de Concessão e suas eventuais prorrogações, sendo a Geração Céu Azul, representando 70% do consórcio, designada como líder e então responsável pela representação do mesmo e dos consorciados junto a ANEEL, a COPEL então ficando com a participação de 30%. As despesas que foram realizadas previamente à constituição do Consórcio serão ressarcidas pela COPEL, na proporção de sua participação (30%), em relação a todas as despesas incorridas pela Geração Céu Azul, que tenham sido vinculadas ao projeto UHE Baixo Iguaçu. Em 16 de setembro de 2014 a Companhia recebeu o montante de R\$ 111.818 referentes ao ressarcimento parcial destes ativos. A Companhia aguarda finalização de *Due Diligence* contratada pela COPEL para validação do restante dos valores a serem ressarcidos. A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre. Em junho de 2014, a bacia hidrográfica do rio Iguaçu, recebeu uma quantidade de chuvas excepcionais, refletindo em vazões afluentes aos reservatórios das usinas lá localizadas superiores às máximas históricas. Trata-se de uma cheia extraordinária com Tempo de Recorrência superior a 200 anos que causou a inundação do recinto do vertedouro e da casa de força, onde ocorriam as atividades relacionadas à escavação e concretagem. As obras da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu foram fortemente afetadas, tendo sido perdida grande parte da ensecadeira principal, vários equipamentos e materiais de construção, inclusive 3 escavadeiras, todos encobertos pela água. A área do vertedouro e da casa de força foi inundada, tendo sido afetadas as atividades de escavação e concretagem. A Companhia tem se deparado com diversos eventos inesperados e não gerenciáveis e alheios à gestão do empreendedor, quais sejam: demasiada demora no processo de outorga do uso da água, verificação de cheias extraordinárias com sérios danos ao empreendimento e suspensão da Licença de Instalação, que impedem a continuidade das obras sem previsão de retorno e, consequentemente, a apresentação de um novo cronograma mantendo a previsão de conclusão para 2016. O avanço físico da obra é de 22% até o momento da cheia extraordinária, devido à suspensão da Licença de Instalação (LI), a construção da UHE ainda encontra-se paralisada. O avanço financeiro é de 47% pois estamos adiando o pagamento toda parte referente aos equipamentos mesmo com a LI suspensa. Em relação às possíveis penalidades, informamos que estamos atuando junto à ANEEL de forma a obter o excludente de responsabilidade por todo o período de atraso na implantação daquela UHE, tais como: (i) atraso na obtenção da Licença de Instalação (LI); (ii) demora no processo e obtenção da outorga do uso da água; (iii) cheias extraordinárias; (iv) suspensão da LP. Nesse caso, a Geração Céu Azul não incorrerá nas penalidades previstas no Contrato de concessão, na REN 063/2004 e na REN 595/2013, que revoga a antiga 165/2005, relativas ao atraso na implantação. A Companhia ao fim de 2014 apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo principalmente devido aos investimentos na usina de Baixo Iguaçu que até hoje foram financiados com capital próprio e captações de curto prazo. No entanto, está previsto para agosto de 2015 a entrada do financiamento de longo prazo do BNDES de R\$ 950 milhões, com prazo de 16 anos, carência 180 dias e custo TJLP +1,88% e a emissão de debêntures em 2016 pelo valor de R\$190 milhões, custo IPCA + 7,5%, prazo de 7 anos com carência de 3 anos. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos: (a) Em análise realizada, verificou-se que parte dos valores provenientes da atualização monetária, não foram reconhecidos como ativo imobilizado no ano de 2013. Em decorrência dessa análise a Companhia procedeu ao ajuste retrospectivo conforme dispõe o CPC 23. Os ajustes impactaram na capitalização do ativo imobilizado e na diminuição das despesas financeiras de 2013, ajustado contra lucro/prejuízo acumulado no balanço. (b) Reclassificação de impostos a recuperar devido a período de possibilidade de recuperação ser maior que 365 dias.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente, Técnico e de Geração: Alejandro Roman Arroyo
Diretora de Planejamento e Controle: Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Erik Breyer
Diretora de Recursos Humanos: Lady Batista de Moraes
Diretor de Regulação: José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares
CRC-RJ - 092.950/O-5

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	31/12/14	31/12/13
		(Reapresentado)
Fluxo de caixa operacional		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(24)	336
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
IR e CSLL a Recuperar	(1.150)	(232)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	3	(84)
Estoques	(2)	-
Depósitos judiciais	2.413	(14.275)
Outros ativos	(74)	-
	1.190	(14.591)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	12.992	2.664
Salários e encargos a pagar	912	-
Encargos de dívidas e swap pagos	(12.363)	-
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(8)	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(63)	743
Outros passivos	18	(24.738)
	1.488	(21.331)
	2.654	(35.586)
Caixa oriundo das atividades operacionais		
Atividade de investimento		
Alienação de bens do ativo permanente	111.818	-
Aquisição de imobilizado	(393.994)	(237.896)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.288)	(213)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	(282.495)	(238.109)
Atividade de financiamento		
Aumento (Redução) de Capital	129.497	274.482
Captação de Empréstimos e financiamentos	460.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(220.000)	-
Utilização de caixa em atividades de financiamento	369.497	274.482
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	89.656	787
Caixa e equivalentes no início do exercício	893	106
Caixa e equivalentes no final do exercício	90.549	893
Variação líquida de caixa	89.656	787
Transações que não envolvem caixa		
Capitalização de juros e despesas financeiras não caixa	(19.337)	-
Valores aportados no Consórcios c/ ativos	(239.826)	-

I. Balanço Patrimonial	31/12/13	Ajuste (a)	Reclassificação (b)	31/12/13
	(Divulgado)			(Reapresentado)
Ativo circulante	1.163		(111)	1.052
Ativo Não circulante	292.045	969	111	293.125
Total do ativo	293.208			294.177
Passivo circulante	3.654			3.654
Passivo não circulante	10.971			10.971
Patrimônio líquido	278.583	969		279.552
Total do passivo e do patrimônio líquido	293.208			294.177

II. Demonstração do Resultado	31/12/13	Ajuste (a)	31/12/13
	(Divulgado)		(Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	(42)		(42)
Lucro operacional	(42)		(42)
Receitas financeiras	511		511
Despesas financeiras	(1.102)	969	(133)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição	(633)		336
Imposto de renda e contribuição social corrente	(90)		(90)
Lucro líquido/prejuízo do exercício	(723)		246

III. Demonstração de Fluxo de Caixa	31/12/13	Ajuste	31/12/13
	(Divulgado)		(Reapresentado)

Fluxo de caixa operacional	31/12/13	Ajuste	31/12/13
Lucro antes dos impostos	(633)	969	336
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	969	(969)	-
	336		336

(Aumento) redução dos ativos operacionais	31/12/13	Ajuste	31/12/13
IR e CSLL a recuperar	(232)		(232)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(84)		(84)
Depósitos judiciais	(14.275)		(14.275)
	(14.591)		(14.591)

Aumento (redução) dos passivos operacionais	31/12/13	Ajuste	31/12/13
Fornecedores	2.664		2.664
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	743		743
Outros passivos	(24.738)		(24.738)
	(21.331)		(21.331)
	(35.586)		(35.586)

Caixa oriundo das atividades operacionais	31/12/13	Ajuste	31/12/13
Atividade de investimento			
Aquisição de imobilizado	(237.896)		(237.896)
Aplicação (Resgate) em títulos e valores mobiliários	(213)		(213)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	(238.109)		(238.109)

Atividade de financiamento	31/12/13	Ajuste	31/12/13
Aumento (Redução) de Capital	274.482		274.482
Utilização de caixa em atividades de financiamento	274.482		274.482
Aumento (redução) na caixa e equivalente de caixa	787		787
Caixa e equivalentes no início do exercício	106		106
Caixa e equivalentes no final do exercício	893		893
Variação líquida de caixa	787		787